RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

Lula reafirma compromisso democrático e descarta retorno da extrema-direita ao governo

Presidente faz declaração durante convenção do PT no Ceará e minimiza interferência de líderes estrangeiros na política brasileira

O chefe do Executivo, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou nesta sexta-feira (31) que a extrema-direita não terá oportunidade de retornar ao poder enquanto ele permanecer vivo. Durante discurso na convenção estadual petista cearense, o presidente desvalorizou possíveis interferências do presidente americano Donald Trump e do chefe de governo argentino Javier Milei nas disputas eleitorais nacionais.



A manifestação ocorreu durante o encontro em Fortaleza, onde o partido confirmou Elmano de Freitas como seu candidato à liderança estadual.

"Enquanto eu viver, a extrema-direita não voltará a governar este país. E vou dizer mais, vou dizer que venha ajudá-los quem quiser. Se quiser vir o Trump, que venha. Se quiser vir o Milei, que venha. Venha quem quiser. Eu não quero ajuda de fora. A única ajuda que eu quero é a ajuda do povo brasileiro para que a gente possa manter a democracia desse país", afirmou.

Na ocasião, o presidente também respaldou as candidaturas de Cid Gomes (PSB) para o Senado Federal e Gabriella Aguiar (PSD) para o cargo de vice-governadora. Neste mesmo dia, Lula visitou a instituição de saúde universitária cearense.

Durante sua fala, o petista argumentou sobre a necessidade de renovação parlamentar, ressaltando que o Senado "tem metade apodrecida" e que será preciso de candidatos capazes de implementar mudanças institucionais adequadas.

Tensão diplomática com Buenos Aires

A situação conflituosa com a Argentina eclodiu quando Milei compareceu à convenção partidária da sigla que lançou Flávio Bolsonaro como postulante presidencial. Naquela ocasião, o mandatário argentino dirigiu ofensas ao presidente brasileiro, denominando-o de "ladrão", e também criticou duramente o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, além de tecer comentários negativos sobre a administração e a economia do país.

Em resposta, a chancelaria brasileira solicitou explicações formais ao representante diplomático argentino em Brasília e retirou seu embaixador de Buenos Aires para consultas, procedimento comum em períodos de fricção entre nações.

Desde aquele momento, autoridades dos dois governos continuaram trocando críticas públicas. Milei reitou suas censuras através de plataformas digitais, enquanto membros da administração lulista responderam às declarações do líder argentino. O presidente Lula, por sua vez, procurou evitar intensificar o confronto ao fazer comentários contidos sobre o episódio.

Prorrogação de medidas americanas

Na quarta-feira (29), a administração federal divulgou posicionamento oficial repudiando a extensão de medidas restritivas pelos Estados Unidos contra o Brasil, ressaltando ser "absolutamente infundado" caracterizar a nação como risco à segurança americana.

"O Governo brasileiro repudia o anúncio feito pelo Governo dos Estados Unidos da prorrogação por mais um ano da declaração de emergência nacional em relação ao Brasil. [...] A qualquer título, é inteiramente descabido caracterizar o Brasil como ameaça aos Estados Unidos, especialmente à luz dos históricos laços diplomáticos e da amizade que une os dois povos".

Na terça-feira anterior (28), Washington confirmou a manutenção por doze meses da ordem executiva promulgada em julho de 2025, embasada na Lei de Poderes Econômicos de Emergência. No entanto, essa renovação não produz consequências práticas diretas relacionadas às tarifas alfandegárias, já que a medida de 2025 que estabelecia sobretaxa de 50% sobre importações brasileiras foi invalidada pela mais alta corte americana.

Segundo comunicado da chancelaria emitido nesta quarta, o governo nacional afirma que a decisão norte-americana reproduz argumentações "infundadas" e "inverídicas" quanto à suposta ameaça brasileira à segurança, aos interesses externos e à economia do país norte-americano.

Na segunda-feira (27), o Ministério das Relações Exteriores informou ter acionado o organismo internacional de comércio contra a imposição tarifária americana sobre produtos brasileiros destinados ao mercado dos Estados Unidos.

A administração federal formalizou o denominado "pedido de consulta" perante a instituição sediada em Genebra. Tal etapa antecede a possível constituição de um painel arbitral dentro da organização. No ano anterior, o Brasil já havia recorrido ao mecanismo contra as mesmas tarifas, que posteriormente foram suspensas pela Suprema Corte norte-americana.

O instrumento disponível no organismo comercial busca assegurar o cumprimento dos acordos comerciais internacionais e permitir o questionamento de ações consideradas incompatíveis com tais pactos.